

1 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO**
2 **ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2022.**

3 Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e dezenove minutos, em
4 videoconferência - Plataforma Zoom, reuniram-se representantes do Conselho Municipal dos Direitos da
5 Criança e do Adolescente – CMDCA-Rio, com a presença dos conselheiros, titulares e suplentes, e demais
6 participantes, para tratar dos seguintes assuntos: **1-Aprovação das atas das assembleias - 14 e**
7 **23/02/2021; 2-Alteração no Plano de Aplicação 2022; 3-Edição do Plano Municipal de Enfrentamento**
8 **às Violências Sexuais – publicação; 4-Processo eleitoral CMDCA; 5-Chamamento Público –**
9 **finalização da abertura de envelopes; 6-Registro de entidades; 7-Informes das Comissões e GTs; 8-**
10 **Informes Gerais.** Dando início à reunião, a presidente Érica Arruda agradeceu aos participantes e colocou
11 para apreciação o primeiro ponto de pauta: **1-Aprovação das atas das assembleias - 14 e 23/02/2021:**
12 aprovadas por unanimidade. **2-Alteração no Plano de Aplicação 2022:** a presidente realizou as
13 explicações sobre a atualização da Deliberação do Plano de Aplicação 2022, com valores do mês corrente
14 – 15.376.437,82, que após leitura e explanações, foi aprovada. A conselheira Priscila Pereira falou da
15 importância de valores para ações de enfrentamento à violência sexual e a atenção com esse tema ao
16 entrar recursos. A conselheira Lucimar Pereira lembrou que em relação ao chamamento público, coube ao
17 CMDCA a definição de linhas de financiamento. As demais etapas ficaram sob a responsabilidade da
18 Secretaria Municipal de Assistência Social. Reforçou a importância de recursos para a ação apontada pela
19 conselheira Priscila Pereira e acrescentou que, da mesma forma, os recursos para a política de rua eram
20 essenciais. A presidente Érica Arruda alertou para a presença de oitenta e cinco participantes e a
21 necessidade de esclarecer que o chamamento público ainda estava em andamento e que o CMDCA era
22 responsável pela formulação de políticas públicas, além de monitorar, fiscalizar, propor e cobrar a sua
23 efetivação. E, portanto, o Conselho definiu as linhas de financiamento e a SMAS realizou o chamamento
24 público, seguindo as diretrizes das legislações sobre a temática. A comissão de seleção foi composta pela
25 Coordenadoria de Administração de Termos – CAT/SMAS e a equipe técnica da SMAS. **3-Edição do**
26 **Plano Municipal de Enfrentamento às Violências Sexuais – publicação:** após a leitura e explanações
27 sobre a deliberação para o uso de recursos do Fundo na publicação de mil exemplares do Plano de
28 Enfrentamento às Violências Sexuais, a mesma foi aprovada por unanimidade. **4-Processo eleitoral**
29 **CMDCA – Sociedade Civil – mandato 2022/2024:** o Sr. Adolfo Breder, presidente da Comissão Eleitoral,
30 falou que até aquele momento tinham doze entidades da sociedade civil inscritas como candidatas, mas
31 que gostaria de ter trinta para promover a diversidade. A conselheira Lucimar reforçou a importância do
32 papel do conselheiro e lembrou que o debate fortalecia e as discussões geravam aprendizados. Assinalou,
33 também, a necessidade de clareza das dificuldades no desempenho dessa função. No dia primeiro de abril
34 seria publicada a relação das entidades candidatas, após análise da Comissão Eleitoral. O Sr. Adolfo
35 Breder esclareceu algumas dúvidas sobre o processo eleitoral e reforçou que cada entidade teria direito a
36 apenas uma pessoa votar em até dez candidatos. O local da eleição era a Associação Cristã de Moços do
37 Rio de Janeiro, com sede na Lapa, no dia treze de abril. Dando prosseguimento, Dra Rosana Cipriano, da
38 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude – 1ªPJTICJ, falou dos recursos do
39 Fundo serem revertidos em políticas públicas infanto-juvenis e que faltavam providências do CMDCA
40 sobre os bens adjudicados. Solicitou cópia da deliberação de alteração do Plano de Aplicação e
41 posicionamento acerca do repasse de recursos do FMADCA para fortalecimento de ações
42 governamentais, com o parecer da Procuradoria Geral do Município - PGM sobre a matéria. A presidente
43 Érica Arruda sugeriu uma reunião com a PGM sobre a adjudicação de bens, pois ainda perduravam
44 dúvidas de como agilizar a entrada desses recursos. A Dra Rosana Cipriano falou da necessidade de
45 manifestação no âmbito dos processos judiciais nos quais o Conselho era intimado a se manifestar. A
46 presidente Érica Arruda explicou que a ordenadora de despesas do Fundo era a Secretária de Assistência
47 Social e que o habitual era a realização de consultas à Procuradoria. A Dra Rosana Cipriano reforçou a
48 solicitação, endossando a necessidade de pronunciamento em função dos prazos. Foi enviado um e-mail
49 contendo os números de processos pendentes, sendo esse último importante. A conselheira Lucimar
50 Pereira falou que o CMDCA possuía uma assessoria jurídica, mas o trâmite interno precisava ser ajustado,
51 em função da demora nas respostas e da necessidade de maior agilidade por parte da Procuradoria. A
52 presidente Érica Arruda sugeriu uma mesa diretora extraordinária, com a presença do Ministério Público e
53 da Procuradoria, para tratar desse tema. A conselheira Maria America Diniz Reis reforçou que o CMDCA
54 dependia da Prefeitura para agilizar receitas e despesas. Falou, ainda, que com a presença de noventa e
55 nove pessoas seria importante deixar isso claro, ou seja, que o Conselho não agilizava e não recolhia
56 recursos. Defendeu que seria importante uma nota explicativa do Conselho sobre as dificuldades com o

57 Fundo, em função da burocracia administrativa pública. Falou do interesse do CMDCA em agilizar receitas
58 e despesas do FMADCA, mas que perduravam dificuldades com a morosidade da administração pública. A
59 presidente Érica Arruda falou sobre o segundo ponto levantado pela Dra. Rosana Cipriano acerca do
60 fortalecimento das ações governamentais e que havia parecer da PGM sobre esse tema e sobre a guarda
61 subsidiada - um valor complementar, pois existiam metas pactuadas e continuadas da SMAS. A Dra.
62 Rosana Cipriano reforçou a fala do uso de recursos para políticas públicas de responsabilidade originária
63 do gestor público e propôs ações de melhorias das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto com
64 programas suplementares, inclusive com projetos não governamentais. **5-Chamamento Público –**
65 **finalização da abertura de envelopes:** dando prosseguimento, a presidente Érica Arruda informou sobre
66 o resultado parcial do chamamento público e o período de recursos para as entidades da sociedade civil.
67 Informou que a proposta seria o lançamento de um novo chamamento público, caso houvesse sobra de
68 recursos, mas lembrou que o processo estava em andamento e que o Conselho só poderia se pronunciar
69 após a finalização de todas as etapas previstas. A Sra. Margareth, representante da entidade APAS, falou
70 que desde 2009 sempre tiveram aprovação em editais e nesse atual teve pontuação zerada, o que
71 causava uma certa indignação. Solicitou que fosse registrado em ata esta insatisfação. Fez a leitura da
72 carta a ser apresentada ao CMDCA com os questionamentos institucionais. A presidente Érica Arruda
73 salientou que as legislações mudaram com o MROSC e reforçou que nenhum conselheiro teve acesso a
74 informações privilegiadas, de forma a assegurar a lisura do processo. A conselheira Márcia Pires endossou
75 que o processo foi transparente, seguindo as legislações em vigor. A conselheira Lucimar Pereira
76 esclareceu que essa carta seria para a comissão de seleção do chamamento público responder e não o
77 CMDCA. As conselheiras Nancy Torres e Maria America Reis falaram do processo confuso, com
78 exigências que não estavam claras no edital e que o Conselho não participou da seleção, apesar do
79 recurso ser do Fundo. Reforçaram, também, a necessidade de capacitação das entidades por parte da
80 SMAS. O conselheiro Geciel de Almeida falou do empenho e luta de cada conselheiro para que o edital
81 fosse publicado. A presidente Érica Arruda lembrou que o chamamento previu prazo de impugnação e de
82 recursos, além dos canais para sanar dúvidas. **6-Registro de entidades:** após a leitura da deliberação, a
83 mesma foi aprovada por unanimidade. **7-Informes das Comissões e GTs e 8-Informes Gerais:** a) **GT**
84 **Medidas Socioeducativas:** envio de ofícios às secretarias para avaliação e monitoramento do Plano; b)
85 **Comissão de Garantia de Direitos:** análise dos processos de registros e reagendamento de visita ao
86 Clube do Flamengo; c) **GT Política de Rua:** contribuições das secretarias e sistema de garantia de
87 direitos; d) **Comissão de Comunicação:** lançamento do Plano de Enfrentamento; preparação para o
88 desfile de carnaval com material informativo; informativo sobre eleição do CMDCA; campanhas de
89 arrecadação para o Fundo; parceria com CRCRJ; e) **GT Apadrinhamento e Primeira Infância** - roteiro
90 para o grupo avaliar; f) **Comissão de Políticas Públicas:** algumas secretarias responderam sobre ações
91 com comunidades tradicionais; g) **Comissão de Orçamento:** ajuste no Plano de Aplicação 2022 e plano
92 de ação 2023. Não havendo mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às 17h19 e a ata segue
93 assinada pela Presidente e pela Segunda Secretária, em 14 de março de 2022.

94
95
96 _____
97 **Érica Maia Campelo Arruda**
98 **Presidente**

99
100 _____
101 **Lucimar Pereira Correa**
Segunda Secretária